



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HIGOR ROBERTO DA SILVA

**O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA AMÉRICA LATINA DURANTE OS
GOVERNOS LULA DA SILVA (2003–2010)**

Caruaru

2024

HIGOR ROBERTO DA SILVA

**O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA AMÉRICA LATINA DURANTE OS
GOVERNOS LULA DA SILVA (2003–2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
do Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a obtenção
do grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: História Econômica.

Orientador (a): André Luiz de Miranda Martins

Caruaru

2024

AGRADECIMENTOS

Imensuráveis agradecimentos a todos os professores que mantiveram a chama da curiosidade acesa dentro de mim — sobretudo os dedicados ao campo da História Econômica, tão menosprezado pelos alunos dos anos recentes — e me lembraram constantemente que a Economia (ainda) é uma ciência social. Seus ensinamentos foram indispensáveis à construção deste trabalho.

Gratidão especial ao professor-amigo André Martins, por quem nutri admiração desde a primeira aula e, por sorte, tive como orientador no trabalho final. Não poderia ser diferente.

O subimperialismo brasileiro na América Latina durante os governos Lula da Silva (2003–2010)

Higor Roberto da Silva¹

RESUMO

Embora o Brasil seja comumente visto como vítima de imperialismo, sua posição na América Latina lhe deu a capacidade de influenciar outros países da região por mecanismos similares, devido ao seu tamanho, à sua concentração de poder econômico e à sua infraestrutura privilegiada. No entanto, a posição dominante que nutre no continente gera desequilíbrios nas relações internacionais e desperta críticas sobre o projeto de potência regional brasileira que esteve em curso nas últimas décadas. O Brasil possui um histórico de expansão de sua influência sobre as economias vizinhas e tem sido um forte defensor da integração econômica, especialmente durante os primeiros mandatos de Lula da Silva (2003-2010). O texto examinará se o expansionismo do Brasil nesse período pode ser considerado subimperialista, como categorizado por autores do tema, e se baseará em análises de relações centro-periferia e na Teoria da Dependência para compreender a dinâmica de poder dentro da região.

Palavras-chave: imperialismo; subimperialismo; dependência; Brasil.

ABSTRACT

Although Brazil has commonly been viewed as a victim of imperialism, its position in Latin America has endowed the country with the capacity to influence its neighbors in similar fashion, thanks to its size, concentration of economic power and favorable infrastructure. However, Brazil's dominant position fosters imbalances in continental relations and generates criticism regarding the Brazilian regional power project that has been underway in recent decades. Brazil has a history of advancing its influence over neighboring economies and has been a staunch advocate for economic integration, especially during the first terms of Lula da Silva (2003–2010). The present text will examine whether Brazil's expansionism during this period can be considered imperialistic, as categorized by authors of the subject, drawing upon analyses of core-

periphery relations and Dependency Theory to comprehend the power dynamics within the region.

Keywords: imperialism; subimperialism; dependency; Brazil.

DATA DE APROVAÇÃO: 20 de março de 2024.

1 INTRODUÇÃO

A visão do Brasil como uma nação “imperializada”, ou seja, vítima de imperialismo econômico por interesses externos, não é inovadora; produções intelectuais que tratam da dependência brasileira são historicamente significativas e por muito tempo pautaram as políticas de desenvolvimento econômico do país. A formação da economia brasileira favorece a interferência de potências estrangeiras sobre a soberania nacional (PRADO JUNIOR, 2012), uma característica compartilhada pelas nações vizinhas na América Latina, que também atravessaram séculos de colonização e, posteriormente, isolamento na periferia do capitalismo mundial (FURTADO, 1974).

Análises que interpretem o Brasil na condição de nação imperialista, porém, são menos comuns. O imperialismo, reconhecido como o fenômeno de exploração de uma nação sobre outra, costuma seguir um fluxo de poder em que nações específicas, de maior porte e “expertise histórica” em exploração (localizadas no centro do capital mundial), exercem sua influência sobre economias que ainda não atingiram esse patamar de manipulação da estrutura e, portanto, situam-se abaixo hierarquicamente. Entretanto, é essencial reconhecer que esse movimento de cima para baixo pode ser reproduzido pelas próprias nações exploradas a partir do momento que se situem acima de suas correlatas.

As assimetrias estruturais no desenvolvimento brasileiro em relação a outros países da América Latina são significativas e complexas, manifestando-se em relações de poder não raramente desiguais. Com dimensão continental e economia altamente concentrada, o Brasil tem notável capacidade de influenciar as políticas econômicas regionais, ao passo que seus vizinhos não contam com o arcabouço necessário para fazer o mesmo; afinal, o Brasil tem uma posição privilegiada em termos de infraestrutura e logística, logra relações comerciais mais bem

posicionadas e se beneficia de uma influência política que extravasa as fronteiras do continente (NOGARA, 2020).

É possível traçar um histórico da expansão (ou, talvez, do expansionismo) da influência brasileira na América Latina. Um dos exemplos históricos mais marcantes ocorreu ainda no Brasil Império, durante a Guerra do Paraguai, considerada como o laboratório do imperialismo intrarregional na América do Sul. Naquele contexto histórico, o Brasil era a única nação com poder e suporte externo suficientes para ter capacidade de projetar sua hegemonia sobre os vizinhos, promovendo uma guerra de impulso territorial nutrida por interesses mercantis (BANDEIRA, 1995; CHIAVENATO, 1986). A união com aliados contra o Paraguai e as consequências trágicas do conflito subsequente demonstram o poder que o Brasil pode exercer sobre as relações políticas regionais — algo que, deve-se destacar, acontece mais frequentemente de formas não-agressivas, dispensando o militarismo.

Quando a integração econômica entre nações passou a ser pautada como política de desenvolvimento para a América Latina, o Brasil se tornou um de seus principais defensores, ao buscar ativamente posições de liderança nas iniciativas nascentes, fortalecendo e ampliando as relações comerciais com outros países interessados para potencialização de seus próprios interesses (RIBEIRO; SANTOS, 2011). Essa constatação não implica que o Brasil seja o único beneficiário no processo de integração, mas, em geral, suas vantagens são muito superiores (OLIVEIRA CRUZ, 2018). No contexto em que se encontram os países vizinhos, associar-se ao Brasil, cujo mercado interno é mais dinâmico, equivale a incrementar seus influxos de capital substancialmente.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é o principal bloco de integração econômica da região e exemplifica a dinâmica de poder disposta no continente. Embora objetive a viabilização de um desenvolvimento construído mutuamente, as assimetrias entre os países-membros têm figurado como obstáculos para o aprofundamento dessa proposta. O Brasil tem uma posição dominante dentro do bloco e, em consequência, torna-se responsável por desequilíbrios nas relações comerciais e políticas com os demais parceiros. Estudiosos de outras nações sul-americanas denunciam que o Mercosul foi, por vezes, um pretexto para o Brasil lhes impor acordos econômicos unilaterais que favorecessem em demasia a posição brasileira ante o cenário internacional globalizado (ZIBECHI, 2012). Além disso, as diferenças econômicas, políticas e culturais entre os participantes (especialmente do Brasil, luso, para com seus vizinhos hispanos)

por anos dificultou a tomada de decisões conjuntas e a implementação de políticas comuns, atravessadas, sempre, por relações desenhadas ao longo de intersecções históricas complexas.

O enfoque central da presente pesquisa bibliográfica está no ponto de conexão entre a economia externa brasileira e o ímpeto imperialista, no sentido descrito pelos autores clássicos do tema, dentro da América Latina. No primeiro capítulo, há espaço para entender as nuances entre o imperialismo sofrido pelo Brasil e o “subimperialismo”, categorizado nas linhas de Ruy Mauro Marini, seu formulador original, propondo uma revisão desse conceito para a análise da posição do país em relação a seus vizinhos no século XXI.

Para o devido recorte temporal, o aprofundamento da participação brasileira no sistema de poder regional sul-americano durante os dois primeiros governos Lula da Silva, compreendendo o período entre 2003 e 2010, será tratado na segunda parte. É com o retorno de Lula à presidência em 2023, trazendo consigo a reaplicação de suas práticas integracionistas, que se reacende o debate sobre o subimperialismo na análise econômica contemporânea.

O estudo da posição do Brasil na América Latina na História recente e as relações de poder consequentes de sua política externa, estendido a seus vizinhos como partes integrantes de um mesmo problema de subdesenvolvimento do eixo sul da Economia global, resgata produções bibliográficas referentes às relações centro-periferia e à Teoria da Dependência, que serão temáticas secundárias do texto.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

A conceituação do termo “subimperialismo” e suas implicações teóricas é uma das contribuições do pensamento crítico latino-americano, em seu ensejo de entender as relações de poder e dominação entre países periféricos e países centrais dentro do capitalismo. Tem origem nos estudos de Ruy Mauro Marini, intelectual brasileiro ligado à corrente marxista, que o caracteriza como uma reestruturação das relações do sistema capital-imperialista mundial a partir de leis próprias da economia dependente, caracterizada, por sua posição secundária, como subimperialista (MARINI, 1992; 2000). Com esse contexto, interpreta-se o expansionismo brasileiro na América Latina como uma consequência do imperialismo que lhe é imposto primariamente, a partir do qual se replicam interesses das potências centrais como seus. Agenciado por interesses econômicos externos, o Brasil replica mecanismos de exploração para

benefício próprio que, no fim do ciclo de reprodução de capital, findarão por beneficiar as nações que lhe exploram de início.

Marini elabora essa classificação para elucidar a capacidade dos "subcentros" políticos e econômicos da acumulação global atingirem a etapa imperialista do capitalismo, mesmo que de forma subordinada, como conseguiu o Brasil: "O capitalismo brasileiro orientou-se, assim, para um desenvolvimento monstruoso, dado que chega à etapa imperialista antes de ter conseguido a mudança global da economia nacional, e em situação de dependência crescente diante do imperialismo internacional" (MARINI, 2000, p. 98). Esses subcentros, em posição de intermediários entre centro e periferia, seriam capazes de acumular capital suficiente para remeter valor aos países dominantes enquanto preservam a eficiência de seu mercado interno, fortalecido pela estrutura de poder regional que constroem (MURUA, 2014).

As análises de Marini vêm em complemento às teses estruturalistas das quais foi contemporâneo, que, a partir da análise crítica da estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, postulavam a urgência de uma reconfiguração na forma como se inseriam na economia mundial, de modo a mitigar a dependência que os assolava e, assim, viabilizar um desenvolvimento econômico autônomo e autossustentável (FURTADO, 1961; PREBISCH, 2012). Esse pensamento foi materializado na atuação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que teve importantíssimo papel na segunda metade do século XX como um guia para as políticas externas das economias emergentes na região.

O fulgor cepalino pelo desenvolvimento das economias sul-americanas está contido nas diversas iniciativas de integração regional que se criaram no continente. Entendia-se que a competitividade internacional dessas nações dependia da resposta comercial aos seus bens produzidos. Nesse sentido, a formação de mercados comuns possibilitaria a absorção de uma demanda maior, aproveitando-se as economias de escala e possíveis vantagens de especialização que surgissem no processo (RIBEIRO; SANTOS, 2011). Com o passar das décadas, a progressiva liberalização das economias abre espaço para um regionalismo aberto; mudança de paradigma que dá origem a iniciativas como Mercosul, Unasul e Celac.

Originalmente pensadas como mecanismos de coordenação conjunta de políticas macroeconômicas e espaços de discussão para acordos multilaterais, essas iniciativas acabaram por tomar outra forma. Segundo Guimarães (2007), a falta de medidas de atenuação das assimetrias entre os países participantes formaram entraves ao desenvolvimento mútuo,

impedindo que as nações menores superassem sua condição de periferia, passando a ser influenciadas pelo capital brasileiro. A economia brasileira, na posição de maior da região, passou a instrumentalizar essa influência a seu favor.

Partindo do panorama teórico supracitado, segue-se a investigação dos ditames desse processo subimperialista, resgatando as circunstâncias históricas que causaram seu aparecimento e destacando os interesses que trabalham pela sua manutenção.

3 IMPERIALISMO, SUBIMPERIALISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES

Múltiplas são as teorizações que tratam do imperialismo. Vladimir Lênin, autor da produção que pode ser considerada mais influente sobre o tema, diferenciou-se de seus contemporâneos e predecessores ao caracterizá-lo como a etapa superior do capitalismo, em que o modo de produção atinge o ápice de sua realização. A chegada a esse estágio histórico foi concebida por meio da elevada concentração econômica, que alimentou uma rede crescente de associações monopolistas interessadas na predação econômica de nações e povos.

O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011, p. 218)

Mesmo com seu teor explicitamente marxista, o legado do texto “Imperialismo, etapa superior do capitalismo” de Lênin atravessou as fronteiras da teoria política e sedimentou seu espaço nos estudos de relações internacionais até mesmo por autores que vertem seus escritos com distância do campo da luta de classes. Fenômeno similar ocorreu com as abordagens de Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin, Karl Kautsky e outros teóricos, que angariam adesão distinta entre nichos mais ou menos heterodoxos. Não poderia ser diferente: o volume mais proeminente de produções acerca do imperialismo vem da linha de pensamento marxista, em razão da estrutura teórica sólida que fornece para entender as contradições internas do capitalismo, permitindo análises críticas de suas relações de poder e exploração com uma naturalidade ausente na ortodoxia. Marx não tratou do imperialismo em vida, por mais que se possam inferir elementos rudimentares do conceito em seus estudos sobre economia mundial

(PRADELLA, 2015), mas construiu a base de onde sairiam os principais marcos teóricos sobre o tema.

Anos depois, na América Latina, o pensamento estruturalista dá origem à Teoria Marxista da Dependência, que recebeu grande influência dos autores supracitados pelo destaque crítico dado à exploração inerente ao sistema capitalista mundial, que, apontam, posiciona nações desigualmente entre polos centrais e periféricos. Reconhecia-se a intervenção do capital estrangeiro na economia do Brasil e de seus vizinhos como fator crucial para seus funcionamentos e definidor de suas condições historicamente, representando um obstáculo para o desenvolvimento econômico na região, desde as contribuições de Raúl Prebisch, Celso Furtado e outros cepalinos. No entanto, o escopo de análise é ampliado a partir da incorporação do arcabouço marxista por Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank e outros, dando ênfase às relações de classe para destacar que o desenvolvimento das nações latinas não se daria apenas com a modernização de seus parques industriais e alteração da composição produtiva, sendo imprescindível, além disso, a superação da condição de dependência, imposta pelo próprio modo de produção.

Entende-se ainda que a posição do Brasil nesse tabuleiro da economia internacional, deveras privilegiada se observada em relação a outros países do continente, não é fruto de vantagens geográficas ou do simples encadeamento histórico de suas relações comerciais, mas resultado de esforços conscientes pela manutenção da assimetria de poder na região, estrutura intrincada em que o país participa ora como instrumento externo de dominação sobre seus vizinhos, ora como potência autônoma, agente de seus próprios interesses.

Caio Prado Júnior afunilou essa discussão nos anos 1940 ao delinear como a História Econômica brasileira foi pautada pelo imperialismo desde o princípio, sendo esse o elemento que condiciona sua dependência: fato oriundo da formação do país como uma economia de exportação, colonial, fundamentalmente subordinada ao comércio externo, “em oposição ao que denominaríamos de economia ‘nacional’, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 270).

Nesse sistema universal do imperialismo, o Brasil ocupa [...] uma posição secundária. Sobre ele se desenrola ou perpassa a concorrência capitalista transportada para o terreno internacional. [...] A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos internacionais concorrentes. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 278)

Para o autor, imbuída à prática imperialista está seu mecanismo de autorreprodução, que busca o acúmulo de capital financeiro por novas vias e enseja essa prática nas nações que têm potencial de articulação geopolítica para esse fim. A promessa de superação de sua própria dependência serve, então, de estímulo positivo para a veia expansionista da economia brasileira, que busca meios de acumular riqueza para si ao mesmo tempo que entrega suas riquezas a outrem:

A economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. Esse sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detém) de muitas formas, todas, aliás, ligadas e articuladas entre si: 1º) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2º) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3º) Porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 271)

O status de liderança conquistado pelo Brasil decorreu da sua transformação relativamente mais rápida em um país exportador de manufaturados, por um modelo caracterizado pela diversificação industrial. Esse fator foi um diferencial em relação às outras nações latino-americanas, que se viam cada vez mais limitadas produtivamente pela especialização engendrada na divisão regional do trabalho gerada pela lógica do subimperialismo (LUCE, 2011; 2018). O Brasil, no processo de escape de sua posição de periferia, empenhou um projeto de potência regional que aliou o empresariado capitalista aos interesses do Estado, convertendo seus países vizinhos em dependentes de sua economia, disponíveis para o capital brasileiro e subservientes hierarquicamente.

Interpretações do núcleo regional de poder criado pelo capital brasileiro na América Latina não ignoram a condição dependente do Brasil, mas tampouco podem desconsiderar a dependência sob qual as demais nações latinas operam em relação ao complexo econômico brasileiro. O Brasil transcreve atributos das potências mundiais para o subsistema em que é líder regional, subordinando sua periferia própria na América Latina, ao mesmo tempo que desempenha papel de subordinado periférico em seu relacionamento com as potências mundiais que imita (BECKER; EGLER, 1994).

Ruy Mauro Marini classificou esse sistema regional de poder com seu conceito de subimperialismo, que pode ser entendido não só como uma ferramenta de análise, mas também

como um fenômeno histórico: afinal, engloba as transformações operadas na economia brasileira (e, por conseguinte, na economia regional) a partir do golpe militar de 1964 e do regime subsequente, que instigou uma extensão da política imperialista na América Latina através do Brasil.

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana, mas expressou também a intenção de converter-se em centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira que se pôs em marcha depois do golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave. (MARINI, 2000, p. 67)

Apesar do sucesso logrado por esse alinhamento em termos de produtividade e acumulação, Marini denuncia o empecilho fundamental que impediria a emancipação da economia brasileira por vias subimperialistas: a dependência ao capital internacional tende a crescer em vez de diminuir, posto que a transferência de lucros persiste.

A integração do imperialismo sublinha, assim, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, o leva a restringir esses mercados, em termos relativos. [...] O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva. [...] A consequência mais importante deste fato é que, ao contrário do que acontece com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação, que pretende realizar no exterior, em fator de elevação do nível de vida interno [...]. (MARINI, 2000, p. 97–99)

A caracterização do Brasil como subpotência com política subimperialista implica em um relacionamento interdependente, de qualidade assimétrica, com a potência dominante que controla o sistema regional em sentido mais amplo (LIMA, 1990; LUCE, 2007). Entretanto, a emancipação relativa da economia brasileira dentro da social-democracia que deu sequência à ditadura militar trouxe uma nova dinâmica ao subimperialismo. Trazendo a disseminação do neoliberalismo, enfraquecedor de projetos regionais (COELHO JAEGER, 2018), as décadas de 1980 e 1990 trouxeram uma nova configuração dos interesses da burguesia nacional. Diante de uma recessão econômica, Marini (1992) aponta que os governos retornam seu foco à recepção de

capitais internacionais dentro do país, alinhados à nova diretriz da política externa dos Estados Unidos, que focava na reconversão produtiva da América Latina:

[...] optam por uma reconversão econômica que facilite a negociação com os gigantes internacionais que detêm o monopólio tecnológico e financeiro. Isso passa pela reforma do Estado; pela supressão do protecionismo; pela readequação jurídico-institucional — de modo a propiciar a vinculação tecnológica e financeira com o exterior — e pela modernização industrial em grande escala do parque industrial nacional, já que isto lhes proporciona o mercado natural para sua produção e lhes assegura uma base interna, sendo, portanto um trunfo na negociação com os grandes grupos internacionais. (MARINI, 1992, p. 54–50)

Somente no primeiro governo Lula, iniciado em 2003, a busca por realização de valor através de penetração no mercado sul-americano retorna para a pauta central. Cabe, portanto, a análise dos posicionamentos subimperialistas do Brasil nesse período de interesse.

2 O SUBIMPERIALISMO NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003–2010)

Após uma campanha eleitoral dual — ao mesmo tempo comprometida com a dita "manutenção da estabilidade" econômica (tranquilizadora para o mercado financeiro e investidores) e preocupada com problemas sociais pungentes da classe trabalhadora —, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito e inicia seu primeiro mandato em 2003, vindo a ser reeleito quatro anos depois, fato que estende sua presidência até o fim de 2010. À época, o novo chefe de Estado abordou com intimidade a questão do desenvolvimento nacional e regional, destacando as vantagens estruturais brasileiras para promover um alinhamento dos países vizinhos aos interesses próprios de seu governo.

A ampla gama de recursos agrícolas, minerais e energéticos do Brasil sem dúvida possibilitam sua situação privilegiada no continente, sendo, também, a base para seu amplo setor exportador de commodities, cujo peso e dinamismo lhe faz colecionar primeiras posições em rankings mundiais de produtos. Essa pujança da economia brasileira garantiu também sua vaga na lista de 10 maiores PIBs do mundo.

Simultaneamente, as reservas internacionais mantidas pelo Brasil garantem a segurança esperada por investidores estrangeiros pela estabilidade do mercado de câmbio, ainda mais com a perspectiva de um mercado de capitais plenamente desenvolvido, de um sistema financeiro menos volátil e de uma base de consumo interno consolidada. Tais condições geoeconômicas

preexistentes potencializam o desempenho do Brasil como potência da América Latina (BECKER; EGLER, 1994).

Quando rotula o Brasil como potência emergente, Benko (1998) assimila à sua análise a noção do governo como um intermediário dos interesses do capital internacional dentro da semiperiferia, semelhante à visão de Ruy Mauro Marini, e destaca a interação dos bancos com a indústria:

Numa economia capitalista mundial, [...] as grandes decisões importantes são tomadas tanto pelos bancos como pelos grandes grupos industriais e o conceito de capital financeiro vem recobrir a interconexão desses dois domínios. As funções de comando na economia capitalista mundial não se exercem apenas na sede social dos bancos ou das grandes empresas internacionais, mas também no seio de sistemas de organização cada vez mais internacionalizados [...], que regulam os fluxos monetários e das matérias-primas mundiais. (BENKO, 1998, p. 55–56)

Os diferentes esquemas de integração regional aplicados por Lula após sua posse perpassam políticas industriais dentro e fora do Brasil. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) adotou postura desenvolvimentista e ressuscitou medidas que promovessem o fortalecimento da indústria nacional, modificando cadeias produtivas e reorganizando o capitalismo brasileiro, atuando, inclusive, como exportador de serviços de infraestrutura (LUCE, 2007; ZIBECHI, 2012): acordos de exclusividade firmados através de programas de integração como a IIRSA e o Mercosul garantiram a pujança de empresas brasileiras (TAUTZ, 2005), concentrando e centralizando capitais para reposicionar competitivamente o Brasil na divisão internacional do trabalho (NOVOA, 2009).

Os passos do BNDES são parte do plano do Estado brasileiro elaborado durante o governo Lula. [...] Os dois governos de Lula, em particular o segundo (2007–2010), demonstraram uma dupla função do Estado: como financiador de grandes empresas para fortalecer grupos econômicos e como investidor para grandes obras de infraestrutura, com o que se denomina Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (ZIBECHI, 2012, p. 158–159)

As vastas redes rodoviárias e portuárias do Brasil têm dimensões invejáveis, que garantem a sustentabilidade das atividades econômicas em um nível que, embora longe do desejável, supera o apresentado pelas nações vizinhas. Reconhecendo isso, Lula multiplica os investimentos em infraestrutura para alavancar a pulsão econômica brasileira. Entretanto, grande parte dessas redes de transporte servem majoritariamente para o transporte de commodities para mercados

externos, e mantê-las nesse âmbito prolonga a posição do país como exportador de produtos primários. Portanto, os Programas de Aceleração do Crescimento (PACs I e II) de Lula não alteram significativamente a posição periférica brasileira, ao passo que direcionam seus planejamentos de novas obras para o bojo dos interesses do capital internacional.

Esse se torna um dos mecanismos de dominação exercidos pelo Brasil na América Latina que pode ser interpretado como reflexo de sua própria posição de subserviência. Ao transformar suas fronteiras em rotas de venda e influenciar transformações da infraestrutura que favoreçam esses movimentos de exportação, o Brasil esvazia projetos de autonomia nacional em nações vizinhas para fortalecer seu próprio capital, que, na sequência, fortalecerá o capital que não lhe pertence. O despejo de recursos internacionais direcionados a isso favorece que o Brasil angarie posição privilegiada em relação a seus vizinhos, cujas economias não contam com o porte necessário para serem atrativas ao olhar estrangeiro.

É fato que setor industrial ocupa uma fatia relevante da economia do Brasil, sendo um dos diferenciais que elevam o Brasil à posição de subpotência — embora sua participação tenha decrescido após o esgotamento do processo de substituição de importações e do surgimento de novos polos de produção especializada no contexto da globalização (com destaque para a Ásia Oriental e para o Sudeste Asiático). Altamente concentrada na região sudeste do país, sobretudo no estado de São Paulo, a indústria nacional ganhou nova roupagem com a transnacionalização de suas empresas, que alcançaram projeção continental. Exemplos notáveis incluem a Petrobras (petróleo e gás), Brasil Foods e JBS-Friboi (alimentos), Vale (atividade mineradora), Gerdau (fabricação de aço), Embraer (aeronáutica), Votorantim e Camargo Corrêa (ampla diversificação de atividades), Braskem (petroquímica), entre outras.

A exportação de capitais brasileiros tem predileção por países da América do Sul (BANDEIRA, 2008), facilitando a extração de mais-valor em territórios vizinhos (FONTES, 2010), expandindo a influência do Brasil nos países ocupados e controlando segmentos importantes de suas economias (LUCE, 2007).

No governo Lula, é importante destacar que houve uma retomada da consciência do papel do Estado, cuja ação política tinha a missão de tornar o país um agente ativo do sistema internacional. [...] O objetivo de expansão para fora da economia brasileira teve como principal iniciativa o investimento direto no exterior, a começar pelos vizinhos sul-americanos e o continente africano, a fim de superar os desequilíbrios estruturais do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, do entorno para o mundo, as empresas nacionais atuavam nas áreas de mineração, prospecção, metalurgia, indústria e tecnologia. Em relação à integração sul-americana, foram as grandes

empresas os agentes do processo, impulsionados pelo Estado. O avanço se deu especialmente na área de infraestrutura, que passa a ser considerada o vetor estruturante da integração regional, pois é o fator que amarra os países ao processo, sobrevivendo às mudanças governamentais. (COELHO JAEGER, 2018, p. 243)

Marini (2000) enfatiza a leitura da industrialização latino-americana como determinada por potências internacionais para responder a uma procura preexistente em função das exigências de mercado. Espelhar essa interpretação para as relações de poder intracontinentais revela seu estabelecimento no subimperialismo brasileiro. O controle exercido pelo Brasil às sociedades periféricas que lhe circundam reestrutura as relações do continente de forma a provar a atualidade da Teoria Marxista da Dependência (XAVIER, 2018).

Apoiada nessa estrutura, a instrumentalização da ALCSA e da IIRSA feita por Lula para agigantar a balança comercial brasileira condicionou os demais países sul-americanos a lidar com os impactos do intercâmbio desigual (BORGES NETO, 2010). O Brasil conquistava o consentimento dos vizinhos nessas plataformas argumentando pela estabilização e expansão econômica da região, disfarçando a margem de lucro do capital brasileiro e seu impacto sobre a autonomia econômica dos aderentes (LUCE, 2007).

Zibechi (2012) denuncia que amplos setores do Paraguai, da Bolívia e do Uruguai estão sendo coordenados por empresários brasileiros há décadas, processo que se intensifica durante a injeção de capital brasileiro para além das fronteiras nacionais com suporte de Lula. O presidente ainda aprofunda o modelo de monoculturas agroexportadoras, expandindo a relação com empresas de sementes e fertilizantes norte-americanas; inclusive sobre terras da Bolívia e do Paraguai (LUCE, 2007).

Paralelamente, dominância do setor de serviços no Brasil, subsidiário ao processo de acumulação, como em outros países, reflete uma configuração específica das relações de produção dentro do capitalismo. Mudanças na composição orgânica do capital ocorreram nas décadas recentes para facilitar a expansão em um novo cenário onde a desregulamentação econômica domina. Grande contribuinte para esse fortalecimento do setor de serviços foi a intensa liberalização do setor bancário brasileiro promovida a partir da década de 1970, que, a partir daí, assume posição de “vanguarda” em relação aos demais (MACIEL et al., 2021). O clímax desse redirecionamento ocorreu a partir de 1990, quando a política econômica brasileira passou a seguir os princípios do Consenso de Washington (CAMARGO, 2009), um pacote que propunha a saída da crise pelas vias da liberalização.

Em seu estudo sobre a mundialização do capital, Chesnais (1996) pensa o setor de serviços, especialmente serviços financeiros, como a “ponte avançada” para a conquista de novos mercados, com acréscimos à sua potência quando interpenetrado com o setor produtivo. Grandes corporações multinacionais com integração vertical entre produção e financiamento têm mais poder de alcance e influência, em detrimento das economias locais que ocupam. Camargo (2009) destaca que o processo de internacionalização das instituições financeiras de cada país também é considerado, tradicionalmente, como acompanhando a transnacionalização das empresas do setor produtivo desses mesmos países e a expansão do comércio externo.

Diante do exposto, o derramamento do sistema bancário e das empresas de grande porte do Brasil para além das fronteiras nacionais, infiltrando-se por diversos países da América Latina e manejando, em graus variados, suas relações produtivas, torna-se plenamente factível. Se o motor do sistema financeiro é o empréstimo de capital mediado pelo agente bancário (MACIEL et al., 2021), parte daí o principal meio de inserção do poderio brasileiro nas nações vizinhas, ampliando, nesse processo, suas fontes de ganhos. Nesse movimento, o BNDES passa a ser caracterizado como o braço externo da política econômica nacional (COSTA, 2003).

Os investimentos brasileiros em países do Cone Sul durante a era Lula também serviram como instrumentos de controle. Chesnais (1996) salienta como a aproximação estrangeira determina especializações comerciais em países e regiões. Assim se desenha mais um campo de germinação do subimperialismo, à medida que o Brasil, também receptor de investimentos externos, reproduz com seus vizinhos esse comportamento.

As relações de dependência encontram-se, portanto, nos fundamentos mesmos da tese do subimperialismo. Sua causa determinante deriva, em última instância, da impossibilidade de um país como o Brasil, que atingira uma composição orgânica média do capital, promover um desenvolvimento capitalista autônomo no quadro das relações de dependência. [...] O desenrolar desse processo trouxe dois desdobramentos significativos. Enquanto o problema da tecnologia conduziu à integração ao capital estrangeiro como meio de levar adiante a industrialização, a solução encontrada para o exíguo mercado interno foi o recurso ao comércio exterior como fator de realização do capital. [...] Essa política e o aumento da presença econômica fizeram o capitalismo brasileiro, tal como no imperialismo *tout court*, moldar uma divisão regional desigual do trabalho, na qual o Brasil compra matérias-primas dos países vizinhos e vende-lhes manufaturas; exporta-lhes capitais e lhes extrai dividendos. (LUCE, 2007, p. 13–15)

A acumulação mútua de recursos para alcançar patamares superiores de desenvolvimento é o objetivo básico da integração econômica, cada vez mais relacionada ao regionalismo como estratégia de fortalecimento (BERNAL-MEZA, 2008). Alinhado a essa percepção, Phillips

(2001) assinala que o regionalismo emplacado pelos países da América do Sul tem estreita relação com o conceito de “novo regionalismo” descrito por Hettne (1995), que enfatiza a erosão do sistema de Estado-nação em favor de estratégias de interdependência econômica, social e política. Essas modalidades de relacionamento entre governos da região e agentes não-estatais, especialmente empresas de grande porte, são partes integrantes da globalização — que as fortalece através da descentralização dos fluxos de capital — e refletem a busca por peso político em negociações. Entretanto, em um sistema econômico competitivo, não há regionalismo distante de disputas internas por poder.

Países latinos com menos poderio econômico buscam a proximidade com o Brasil como meio de realinhamento no cenário multipolar que se engendra. Para facilitar tais movimentos, o subimperialismo brasileiro se distanciou da natureza militarista que lhe deu origem. Utilizando-se de Sahni (2009), entende-se que prospecção de laços com um vizinho mais rico depende da capacidade de atração que essa potência tenha aos Estados menores, através de um projeto regional “coesivo”, longe de mecanismos militaristas, que o autor classifica como inerentemente “divisivos”. O governo Lula intensifica esse redirecionamento ao pacifismo, projetando-o, inclusive, para os demais países; contudo, ao amortecer mobilizações populares do continente, já que supostamente atua pela estabilização política, o Brasil se torna, ao mesmo tempo, defensor dos seus interesses e dos interesses dos Estados Unidos (LUCÉ, 2007).

A busca proativa por esse projeto regional coesivo foi uma das mais relevantes mudanças na agenda diplomática brasileira sob o governo Lula (HIRST; LIMA, 2006), que aumenta o volume de mediações voluntárias e amplia a esfera de influência dos objetivos estadunidenses no continente. A diplomacia lulista pressionou constante e extensivamente seus interesses sobre as pautas de crise em países sensíveis na rede econômica latina (ZIBECHI, 2012). Externamente, a intensa atuação da gestão Lula em organizações internacionais demonstra sua busca pela autonomia através da diversificação de laços, capaz de atuar como agente de influência ativa em assuntos de todo o globo (LECHINI; GIACCAGLIA, 2010).

Bernal-Meza (2008) destaca que a criação da área geoeconômica no Cone Sul foi parte de uma estratégia de posicionamento que catapultou o prestígio e o poder do Brasil no hemisfério. Concomitantemente, em seu debate sobre a internacionalização dos fluxos de poder do capital, Fiori (2007) versa sobre o funcionamento da nova geopolítica mundial, que engloba as relações econômicas brasileiras na América Latina. Entende-se, então, como a exploração exercida pelo

Brasil a seus equivalentes faz parte de uma tática consciente de reposicionamento no sistema, almejando a posição de superioridade:

Dentro desse sistema mundial formado pelos “Estados-economias nacionais”, as “economias líderes” são transnacionais e imperiais, por definição, e sua expansão gera uma espécie de rastro, que se alarga a partir da sua própria economia nacional. Cada “Estado-economia imperial” produz seu próprio rastro e, dentro dele, as demais economias nacionais se hierarquizam. [...] Resumindo: a desigualdade no desenvolvimento da distribuição da riqueza entre as nações é uma dimensão econômica essencial do “sistema mundial moderno”. Mas existe a possibilidade seletiva de mobilidade nacional dentro desse sistema, dependendo da estratégia política e econômica de cada país. (FIORI, 2007, p. 175–176)

Condicionamentos regionais similares ocorreram por ação da África do Sul e da Índia (SAHNI, 2007), que também podem ser interpretadas como subimperialistas à luz das contribuições de Ruy Mauro Marini. A aproximação do Brasil a essas subpotências através dos BRICS confirma o alinhamento de ideais subimperialistas que compartilham, e as relações construídas através desse grupo com Rússia e China, outras potências centrais do capital mundial, promovem uma nova plataforma de compartilhamento de valor extraído dos países-satélite em seus respectivos continentes.

Conclui-se, então, que os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência brasileira durante a primeira década do século aprofundaram a dinâmica subimperialista do continente ao usar a América Latina como base de crescimento nacional. Em síntese, a intrincada rede de interações econômicas do Brasil evidencia sua ascendência como uma potência regional em pleno desenvolvimento no período, reforçando sua hegemonia e prolongando sua influência sobre as nações limítrofes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Davies (1992) levanta que todo imperialismo, não importa se antigo ou contemporâneo, tem fundamentação em sentimentos de superioridade. A condição particular do Brasil como país lusófono e seu histórico de afastamento no que toca aos assuntos latino-americanos contribuem para seu comportamento predatório. A construção histórica de uma identidade nacional distinta das vizinhas resultou em abordagens isolacionistas, com um enfoque em relações extrarregionais que negligenciou propostas de integração mais justas e sustentáveis no subcontinente.

Segundo Bernal-Meza (2008), sob a liderança de Lula da Silva, adota-se no Brasil uma visão realista da política global, em que potências competem sem reconhecer explicitamente a existência de polos dominantes. Essa estratégia leva as iniciativas de integração ao campo discursivo: Luce (2007) aponta que a construção da hegemonia brasileira sobre os países vizinhos na era Lula ganhou verniz de interesse social, propondo uma unificação dos povos para manter sua estabilidade e reduzir a visibilidade das assimetrias estruturais entre os países associados, configurando, assim, um subimperialismo social-liberal. Atuar diplomaticamente foi uma importante ferramenta de posicionamento nessa dinâmica, com uso de estímulos econômicos para os alinhamentos necessários à continuidade da dinâmica hierárquica de poder. A mera manutenção da hierarquia é suficiente para que o Brasil logre sucesso sem ativamente prejudicar seus colegas de bloco.

O giro à esquerda encabeçado por Lula gerou um novo contexto regional no subcontinente (OLIVEIRA CRUZ, 2018), mas, simultaneamente, gerou divisão na esquerda nacional desde o princípio: “O que desaponta e confunde o campo da esquerda hoje no Brasil é de que as forças conservadoras, externas e internas, que temiam a vitória de Lula, estão satisfeitas” (FRIGOTTO, 2005, p. 5). Essa inédita apresentação da economia internacional brasileira favoreceu a classe dominante e disfarçou seu desejo pela hegemonia, que subordina a classe dominada. O imperialismo, assim como outras modalidades de opressão, atravessa relações sociais através da estrutura econômica e perpetua sua existência ao dominar discretamente esferas de pensamento — onde as interpretações sempre serão múltiplas.

Após vencer as eleições nacionais de 2022, Lula inicia um novo governo, marcado novamente pela busca ativa por aproximação do Brasil a seus vizinhos imediatos. A política externa lulista resgata seu comprometimento com o progresso social e com a América do Sul como espaço preferencial da ação internacional brasileira. Para a permanência de sua política, o presidente há de tentar reverter o erro do passado:

O principal problema da estratégia brasileira que vinha sendo desenvolvida [...] foi que não logrou criar um sustentáculo social que formasse uma defesa popular ao projeto de integração regional. Nesse sentido, a falha em promover um diálogo pró-integração na população brasileira, bem como nas populações vizinhas, devido à falta de identificação popular com um projeto que não conseguiu criar uma infraestrutura integrada de interesse social nem cadeias produtivas regionais, não gerou apelo coletivo no contexto de desmantelamento dos (já poucos) avanços concretos na integração sul-americana. (COELHO JAEGER, 2018, p. 249–250)

É certo que a quantidade de produções científicas acerca do subimperialismo empenhado pelas gestões de Lula será ampliada com análises de seu novo mandato, contextualizando as dinâmicas em curso para permitir uma visão completa do fenômeno em sua terceira manifestação.

Uma etapa de integração econômica vantajosa para toda a América Latina, capaz de gerar desenvolvimento econômico conjunto e qualidade de vida genuína para as populações, dependeria de mudanças sociais insubordinadas ao polo de poder central. A conquista da capacidade do Brasil evadir do bojo imperialista em que ainda reside seria o ponto de inflexão necessário para qualquer missão desse tipo. Mitigar a gravitação do valor extraído dos países latinos para a órbita do capital financeiro extracontinental, movimento empenhado com participação decisiva do Brasil nos ditames da estrutura subimperialista definida, possibilitaria perspectivas de mudança na condição dependente da região. Cabe, não somente aos Estados, mas também aos povos que lhes dão sustento, a busca ativa por tal transformação.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. A. M. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** 2. ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora UnB, 1995.

_____. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 91, dez. 2008.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org). **Globalização e fragmentação.** 4. ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, p. 51–71, 1998.

BERNAL-MEZA, R. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 154–178, dez. 2008.

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, n. 33, p. 83–104, 2010.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIAVENATO, J. J. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COELHO JAEGER, B. Debatendo o conceito de “subimperialismo” à época da ditadura civil-militar (1964–1985) e do Governo Lula da Silva (2003–2010). **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 224, out. 2018.
- COSTA, D. **Estratégia Nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Aristeu Souza, 2003.
- DAVIES, A. T. On Imperialism. **Arc The Journal of the School of Religious Studies**, v. 20, p. 71–77, 1992.
- DUARTE, P. H. E.. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. **Nova Economia**, v. 31, n. 1, p. 131–156, jan. 2021.
- FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FRIGOTTO, G. Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- HETTNE, B. **Development Theory and the Three Worlds: Towards an International Political Economy of Development**. Harlow: Longman Publishing Group, 1995.
- HIRST, M.; LIMA, M. R. S. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *Internacional Affairs*, n. 82, v. 1, p. 21–40, 2006.
- LECHINI, G.; GIACCAGLIA, C. El ascenso de Brasil en tiempos de Lula ¿Líder regional o jugador global? **Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía**, v. 41, n. 163, p. 53–73, 2010.
- LÊNIN, V. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011.

LIMA, M. R. S. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 7-28, jul./dez. 1990.

LUCE, M. S. **O subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

_____. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, J. et al. O setor bancário brasileiro: Centralização de capitais e alterações na composição orgânica do capital. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, p. 127–151, 19 jul. 2021.

MARINI, R. M. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Marco Zero, 1992.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, p. 105–165, 2000.

MURUA, G. F. F. **Imperialismo e dependência**: elementos dialéticos do subimperialismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOGARA, T. S. Crítica ao conceito de subimperialismo: a dimensão sul-americana da política externa brasileira e as limitações das análises dependentistas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 17, jan./jun. 2020.

NOVOA, L. F. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: Um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, p. 187–204, 2009.

OLIVEIRA CRUZ, D. A. M. O papel do Brasil no processo de integração regional no Mercosul. **Formação** (Online), v. 25, n. 46, p. 27–45, 2018.

PHILLIPS, N. Regionalist governance in the new political economy of development: “Relaunching” the Mercosur. **Third World Quarterly**, v. 22, n. 4, p. 565–583, 2001.

PRADELLA, L. **Globalization and the Critique of Political Economy**: New insights from Marx's writings. Abington: Routledge, 2015.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: Comisión Económica para América Latina, 2012.

RIBEIRO, E. D. S.; SANTOS, F. P. C. dos. Paradigmas da atuação brasileira no Mercosul. **Universitas Relações Internacionais**, v. 9, n. 1, 2011.

SAHNI, V. ¿Ancla flotante o plataforma de lanzamiento? Dinámica regional de los poderes emergentes. In: TOKATLIAN, J. (org.). **India, Brasil y Sudáfrica: el impacto de las nuevas potencias regionales**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, p. 97–126, 2007.

XAVIER, G. L.. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 387–395, maio 2018.

ZIBECHI, R. **Brasil potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo**. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

HIGOR ROBERTO DA SILVA

**O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA AMÉRICA LATINA DURANTE OS
GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
do Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a obtenção
do grau de bacharel em Economia.

Aprovado em: 20/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – NG-CAA

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – NG-CAA

Econ. Rodolfo Guimarães Regueira da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS-CCSA